

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.826 - CH (2019/0242366-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : **MINISTERE PUBLIC - LE PROCUREUR CANTONAL STRADA**
INTERES. : **ELIANE LANIER**
ADVOGADOS : **COSME JOSÉ DOS REIS - BA013806**
 : **COSME JOSÉ DOS REIS JÚNIOR - BA031929**
 : **MARCOS PAULO ALVES DA SILVA - BA058823**
A.CENTRAL : **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça suíça solicita que se proceda à notificação de ELIANE LANIER de decisão judicial que a condenou pela prática dos crimes de denúncia caluniosa, de instigação a induzir a Justiça a erro e de entrave à ação penal.

A interessada apresentou impugnação às fls. 34-48. Alegou que os valores das multas fixados pela Justiça rogante estão em desacordo com a lei brasileira. Pediu que os referidos valores sejam ajustados pelo salário mínimo brasileiro e, considerando sua situação econômica, que o montante seja parcelado.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem – visto que o pedido rogatório não ofende a ordem pública ou a soberania nacional, estando consumado o objeto da diligência – e pela devolução dos autos à origem (fl. 50).

É o relatório. Decido.

Conforme previsto no art. 216-Q do RISTJ, a defesa somente poderá versar sobre a autenticidade dos documentos, a inteligência da decisão e a observância dos requisitos previstos no Regimento. A manifestação da parte interessada ultrapassa esses limites do juízo deliberatório (contenciosidade limitada), pois submete ao STJ matérias das quais somente a Justiça rogante pode conhecer.

Ressalte-se que o pedido rogatório, que se refere a diligência para simples notificação, ato de comunicação processual, não produz efeito atentatório à ordem pública, uma vez que se presta apenas para cientificar a parte de ação que tramita na Justiça estrangeira, para que ali possa exercer defesa.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual,

Superior Tribunal de Justiça

com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do comparecimento espontâneo da parte interessada (fls. 34-48), **considero consumado o objeto da comissão**, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal, conforme demonstra o seguinte precedente:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. INTIMAÇÃO PRÉVIA FEITA VIA POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA.

I - Na fase de intimação prévia, é enviada ao interessado cópia integral da comissão rogatória.

II - No caso, o Aviso de Recebimento foi assinado pelo próprio interessado, o que leva à conclusão de que ele tomou conhecimento de todos os termos da rogatória em questão.

III - Assim, tendo o interessado tomado conhecimento do processo em trâmite no juízo rogante, foi consumado o objeto da diligência, não havendo, portanto, necessidade de envio dos autos à Justiça Federal. Agravo regimental desprovido. (AgRg na CR n. 9.599/EX, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 12/6/2015, grifei.)

Assim, com fundamento no art. 216-X do RISTJ, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante por intermédio da autoridade central competente**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente